



SENADO FEDERAL

EMENDAS

Apresentadas perante a Mesa do Senado Federal ao **Projeto de Lei nº 4572, de 2019**, que *"Altera Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 que dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal, a fim conceder acesso gratuito aos partidos políticos em rádio e televisões."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Senador Carlos Portinho (PL/RJ)	001
Senadora Rose de Freitas (MDB/ES)	002
Senador Jayme Campos (DEM/MT)	003
Senador Weverton (PDT/MA)	004; 005; 006
Senador Eduardo Gomes (MDB/TO)	007; 008
Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)	009
Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)	010
Senador Jean Paul Prates (PT/RN)	011; 012; 013

TOTAL DE EMENDAS: 13





PL 4572/2019
00001

SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Carlos Portinho

EMENDA Nº - CCJ
(ao PL nº 4572, de 2019)

Inclua-se no art. 1º do Projeto de Lei nº 4.572, de 2019, a seguinte redação ao inciso XI do art. 44 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995:

“Art. 44.....

.....

XI - no custeio de impulsionamento, para conteúdos contratados diretamente com provedor de aplicação de internet com sede e foro no País, incluída a priorização paga de conteúdos resultantes de aplicações de busca na internet, inclusive plataforma de compartilhamento de vídeos e redes sociais, mediante o pagamento por meio de boleto bancário, de depósito identificado ou de transferência eletrônica diretamente para conta do provedor, proibido, nos anos de eleição, no período desde o início do prazo das convenções partidárias até a data do pleito.

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O projeto em análise visa solucionar a problemática da propaganda partidária gratuita no rádio e televisão. Todavia, considerando o maior acesso das pessoas a rede mundial de computadores, faz-se necessário também adequar o regramento que dispões acerca da possibilidade de divulgações partidárias utilização a internet.

A emenda promove duas alterações na redação vigente do inciso XI do art. 44 da Lei nº 9.096, de 1995. Em primeiro lugar, altera o período de vedação do impulsionamento de conteúdos pela internet, com recursos do Fundo Partidário. Na forma vigente, a regra impõe hoje essa vedação nos cento e oitenta dias anteriores à data das eleições. Na forma



SENADO FEDERAL

Gabinete Senador Carlos Portinho

proposta, por sua vez, essa vedação incidiria apenas a partir do dia 19 de julho, véspera da abertura das convenções partidárias para a escolha dos candidatos e a definição das coligações. A mudança proposta abre espaço para o impulsionamento, mediante recursos do Fundo Partidário, em boa parte do mês de abril, nos meses de maio e junho, e no mês de julho até o dia 19.

A segunda alteração proposta consiste na supressão da exigência de o provedor do serviço receber o pagamento em conta utilizada exclusivamente para esse fim. A exigência parece descabida, uma vez que a lei não a impõe aos demais prestadores de serviços contratados pelos partidos políticos ou candidatos a cargos eletivos.

Sala da Comissão,

Senador CARLOS PORTINHO

EMENDA Nº - PLEN
(ao PL nº 4.572, de 2019)

Acrescente-se ao *caput* do art. 45-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, na forma dada pelo Projeto de Lei nº 4.572, de 2019, o seguinte inciso IV:

“**Art. 45-A**.....

.....

IV – promover e difundir a participação política feminina, reservando para esta finalidade ao menos 30 % (trinta por cento) do total dos recursos disponíveis.

.....”

JUSTIFICAÇÃO

A finalidade do Projeto de Lei (PL) nº 4.572, de 2019 é restaurar a propaganda partidária gratuita no rádio e na televisão, a bem da informação dos eleitores e da qualidade dos processos político e eleitoral. No entanto, cabe assinalar que, ao contrário do presente projeto, a redação original da Lei nº 9.096, de 1995, previa a promoção e difusão da participação política feminina. O objetivo da emenda é incluir novamente a promoção da participação política das mulheres entre as finalidades da propaganda partidária no rádio e na televisão. Além disso, a emenda reserva, para tanto, ao menos trinta por cento do tempo disponível para cada partido para esse objetivo.

Sala das Sessões,

Senadora ROSE DE FREITAS



PL 4572/2019
00003

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JAYME CAMPOS

EMENDA Nº - PLEN
(ao PL nº 4.572, de 2019)

Acrescente-se ao *caput* do art. 45-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, na forma dada pelo Projeto de Lei nº 4.572, de 2019, o seguinte inciso IV:

“**Art. 45-A.**

.....

IV – promover e difundir a participação política das mulheres e dos jovens, reservando para esta finalidade ao menos 30% (trinta por cento) e 5% (cinco por cento), respectivamente, do total dos recursos disponíveis.

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A finalidade do Projeto de Lei (PL) nº 4.572, de 2019 é restaurar a propaganda partidária gratuita no rádio e na televisão, a bem da informação dos eleitores e da qualidade dos processos político e eleitoral. No entanto, cabe assinalar que, ao contrário do presente projeto, a redação original da Lei nº 9.096, de 1995, previa a promoção e difusão da participação política feminina. O objetivo da emenda é incluir novamente a promoção da participação política das mulheres entre as finalidades da propaganda partidária no rádio e na televisão, reservando, para tanto, ao menos 30% do tempo disponível para cada partido para esse objetivo.

Além disso, propomos a inclusão da promoção e difusão da participação política dos jovens, reservando, para tanto, 5% por cento do tempo disponível para o partido.

Sala das Sessões,

Senador JAYME CAMPOS



PL 4572/2019
00004

SENADO FEDERAL
Gabinete do **SENADOR WEVERTON**

EMENDA Nº - PLENÁRIO

(ao PL nº 4572/2019)

Modifique-se o § 2º do art. 45-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, modificada pelo art. 1º do PL 4572/2019:

“§ 2º A Justiça Eleitoral da circunscrição respectiva, julgando procedente representação de partido **contra outro, que, supostamente atuou contrariamente ao disposto neste artigo, cessará o direito de transmissão que faria jus, tão logo o ato seja apurado, comprovado e julgado, sem prejuízo de outras sanções e penalidades previstas em Lei**” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O § 2º do art. 45-A, da presente proposta de Lei, estabelece o critério de punição para os atos não condizentes com o normativo, prevendo a cassação do “direito de transmissão a que faria jus, no semestre seguinte, do partido que contrariar o disposto”

Não parece correto que se aplique esse critério do semestre, já que a excessiva liberalização pode incentivar o ilícito nos meses que antecedem a cessação legal da propaganda, gerando uma insegurança jurídica para a Justiça Eleitoral ao julgar os possíveis delitos.

Assim, a presente emenda define que a punição, ou seja, a cessação da veiculação da campanha, deverá ser aplicada tão logo seja concluído o processo pela Justiça Eleitoral.

Além disso, julgo conveniente a inclusão de alerta de que a punição de cessação da campanha não exclui a possibilidade de julgamento de outros atos considerados inapropriados ou ilegais, baseado em outros normativos.



SENADO FEDERAL
Gabinete do **SENADOR WEVERTON**

Sala das Sessões,

Senador WEVERTON



PL 4572/2019
00005

SENADO FEDERAL
Gabinete do **SENADOR WEVERTON**

EMENDA Nº - PLENÁRIO

(ao PL nº 4572/2019)

Acrescente-se o inciso IV ao § 1º do art. 45-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, modificada pelo art. 1º do PL 4572/2019:

“IV- a utilização de imagens, cenas, textos ou entrevistas que:

- a) divulguem notícias falsas (fake news);
- b) propaguem calúnias;
- c) resultem em qualquer tipo de preconceito racial, de gênero ou local de origem;
- d) incitem a violência;
- e) propaguem a automedicação com medicamentos ou tratamentos com eficácia não comprovada cientificamente.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O Art. 45-A trata dos objetivos da propaganda eleitoral gratuita e o § 1º estabelece três proibições, todas justas e pertinentes.

A presente emenda pretende estender o escopo das proibições, colocando no rol das ações passíveis de punição, a divulgação de conteúdo ofensivo ou preconceituoso.

Além disso, a pandemia do covid 19, trouxe uma preocupação extra que envolve a promoção de pessoas, grupos ou partidos por meio da propagação de soluções de curanderismo sem comprovação científica.

O fato da pandemia não ter acabado, aliado a possibilidade inequívoca da ocorrência de outros eventos semelhantes no futuro, traz a



SENADO FEDERAL

Gabinete do **SENADOR WEVERTON**

necessidade de inclusão na relação de proibições, a propagação da automedicação com medicamentos ou tratamentos com eficácia não comprovada cientificamente.

Sala das Sessões,

Senador WEVERTON



PL 4572/2019
00006

SENADO FEDERAL
Gabinete do **SENADOR WEVERTON**

EMENDA Nº - PLENÁRIO

(ao PL nº 4572/2019)

Modifique-se o § 5 do art. 46-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, modificada pelo art. 1º do PL 4572/2019:

“§ 5º As inserções serão entregues às emissoras com antecedência mínima de 12 (doze) horas, em mídia com tecnologia compatível com a da emissora recebedora.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O texto do § 5º do projeto em questão, é uma cópia do original presente na Lei nº 9.096 de 19 de setembro de 1995:

“§ 5º As fitas magnéticas com as gravações das inserções serão entregues às emissoras com a antecedência mínima de doze horas da transmissão.”

Ocorre que o termo “fitas magnéticas” é extremamente arcaico e não foi devidamente atualizado nas alterações feitas posteriormente a primeira edição da Lei.

A manutenção do termo desatualizado pode causar enorme dúvida por parte dos partidos políticos no momento da preparação do material para enviar as emissoras.

Assim, proponho a alteração do texto do dispositivo, inclusive deixando-o desamarrado a qualquer tecnologia, gerando somente a obrigação de compatibilização tecnológica de quem prepara a mídia com as emissoras que irão divulgá-la.



SENADO FEDERAL
Gabinete do **SENADOR WEVERTON**
Sala das Sessões,

Senador WEVERTON



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Gomes

EMENDA Nº - PLEN
(ao PL nº 4.572, de 2019)

Acrescente-se ao Projeto de Lei nº 4.572, de 2019, o seguinte art. 2º, renumerando-se o atual art. 2º como art. 3º:

“**Art. 2º** A Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 57-C.** É vedada a veiculação de qualquer tipo de propaganda eleitoral paga na Internet, excetuados os seguintes meios de divulgação, desde que identificados de forma inequívoca como tais e contratados exclusivamente por partidos, coligações e candidatos e seus representantes:

I – impulsionamento de conteúdos;

II – *banners* eletrônicos.

§ 1º

I – de pessoas jurídicas, com ou sem fins lucrativos, ressalvada a hipótese de *banners* eletrônicos pagos;

.....

§ 3º O impulsionamento e os *banners* eletrônicos de que tratam os incisos do *caput* deste artigo deverão ser contratados diretamente com provedor da aplicação de Internet com sede e foro no país, ou de sua filial, sucursal, escritório, estabelecimento ou representante legalmente estabelecido no país e apenas com o fim de promover ou beneficiar candidatos ou suas agremiações, no caso do impulsionamento, ou candidatos, no caso dos *banners* eletrônicos.

§ 4º Os *banners* eletrônicos têm sua divulgação limitada a até 10 (dez) dias, consecutivos ou alternados, para cada candidato, em um mesmo sítio da Internet, devendo constar do anúncio, de forma visível, o valor total pago para sua divulgação em determinado dia.’
(NR)”

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda pretende alteração na Lei nº 9.504, de 1997.

A propaganda eleitoral pela Internet é, sem dúvida, importante mecanismo para barateamento de campanhas e consequente democratização do acesso a cargos eletivos. As eleições de 2018 demonstraram isso cabalmente. O pleito foi palco de uso intensivo da rede mundial de computadores. Como resultado, testemunhamos maior diversidade de escolha do cidadão: os espaços de poder político acolheram mais mulheres, negros e indígenas.

De fato, a Internet traz mais igualdade aos candidatos. Basta imaginarmos o custo para organização de carreata, ou comício, e o investimento necessário para divulgação de conteúdos eletrônicos em redes sociais. Ocorre que, estranhamente, a Lei nº 9.504, de 1997, a Lei das Eleições, não veicula permissivo para a contratação de banners eletrônicos, conquanto faculte o impulsionamento de conteúdos e autorize a propaganda na reprodução virtual das páginas de jornal impresso na Internet.

Desse modo, é possível que o candidato mais abastado tenha sua propaganda na Internet veiculada, pela via indireta, ao custear um caro anúncio de jornal impresso, ao passo que o postulante com menos recursos não seria autorizado a divulgar sua candidatura em portais de notícias eletrônicos. A restrição em vigor, totalmente desarrazoada, limita o direito à informação dos eleitores. Afinal, os dispêndios com propaganda eleitoral são declarados, auditados, e estão sujeitos a limite de gastos.

Diante disso, propomos que também sejam permitidos banners eletrônicos em sítios da Internet, com balizas que assegurem a paridade de armas entre os candidatos. Nesse sentido, um bom ponto de partida é a limitação atual à duração da propaganda na mídia impressa, contida no art. 43 da Lei das Eleições. As normas em vigor limitam em 10 (dez) o número de edições em que a propaganda impressa será veiculada, quantitativo que entendemos razoável para restringir o número de dias que o banner de determinado candidato possa ser visualizado em determinado sítio da Internet.

Por outro lado, considerando-se os diferentes formatos de páginas da Internet e resoluções de dispositivos, não propomos limite prévio do tamanho da propaganda. Ademais, tivemos a preocupação de que os banners estejam ao alcance das autoridades judiciais brasileiras com a celeridade que o processo contencioso eleitoral exige. Por isso, são impostas a eles a mesma restrição a sítios dos candidatos na Internet e a conteúdos impulsionados: devem estar hospedados, direta ou indiretamente, em

provedor de aplicação de internet estabelecido no país. Com a convicção de que o projeto representa um passo importante no aprimoramento de nosso processo eleitoral, submetemos a matéria ao crivo dos demais Senadores.

Sala das Sessões, de de 2021

Senador **EDUARDO GOMES**
(MDB / TO)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Gomes

EMENDA Nº - PLEN
(ao PL nº 4.572, de 2019)

Inclua-se no Projeto de Lei nº 4.572, de 2019, os seguintes arts. 2º e 3º renumerando-se o atual art. 2º como art. 4º:

“**Art. 2º** O art. 26 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 26.**
.....

XVIII – contratação de artistas para eventos relacionados à campanha eleitoral;

.....
§ 4º Os gastos de que trata o inciso XVIII do *caput* são limitados a vinte por cento dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha destinados ao candidato, observado o limite máximo de vinte mil reais.’ (NR)”

“**Art. 3º** Revoga-se o § 7º do art. 39 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.”

JUSTIFICAÇÃO

A Lei das Eleições – Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, veda, desde a alteração promovida pela Lei nº 11.300, de 10 de maio de 2006, a realização de showmício e de evento assemelhado para promoção de candidatos, bem como a apresentação, remunerada ou não, de artistas com a finalidade de animar comício e reunião eleitoral.

Apesar de concordarmos que a realização de showmícios, de forma irrestrita, poderia comprometer a concorrência livre e equilibrada entre partidos e candidatos, consideramos equivocada a vedação absoluta inserida em 2006 na Lei das Eleições.

A emenda que ora apresentamos tem por finalidade permitir a apresentação remunerada de artistas, desde que respeitado um limite bastante restrito de gastos – vinte por cento dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha destinados ao candidato, observado o limite máximo de vinte mil reais.

Assegura-se, assim, um aspecto essencial da liberdade de expressão – a atividade artística –, sem comprometer o princípio da igualdade entre os partidos políticos.

Não é demais lembrar que o próprio Supremo Tribunal Federal assegurou a utilização do humor no âmbito das campanhas eleitorais, ao declarar a inconstitucionalidade de dispositivos da Lei das Eleições que impediam emissoras de rádio e televisão de veicular programas de humor envolvendo candidatos, partidos e coligações nos três meses anteriores ao pleito. De fato, o embate político-eleitoral não deve se ater a uma troca árida de argumentos entre os candidatos. Pode – e deve – exaltar nossa atividade artística, com o consequente aumento do engajamento popular nas eleições.

Seguros da relevância desta emenda para o aperfeiçoamento do processo eleitoral, contamos com o decisivo apoio dos nobres Pares no sentido de sua aprovação.

Sala das Sessões, de de 2021.

Senador EDUARDO GOMES
(MDB / TO)



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fabiano Contarato

EMENDA Nº - PLEN
(ao PL nº 4.572, de 2019)

Acrescente-se o seguinte artigo ao Projeto de Lei nº 4.572, de 2019, renumerando os demais:

“Art. 2º A Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte alteração:

‘Art. 49-B O partido deverá destinar no mínimo 30% (trinta por cento) do tempo a que tem direito em propaganda partidária gratuita no rádio e na televisão para a divulgação das atividades de promoção e difusão da participação política das mulheres e da atuação do partido em defesa dos direitos das mulheres.

Art. 49-C O partido deverá destinar parte do tempo a que tem direito em propaganda partidária gratuita no rádio e na televisão para a divulgação das atividades de promoção e difusão da participação política de pessoas negras e da atuação do partido em defesa dos direitos de pessoas negras.

Parágrafo único. A parcela mínima do tempo a ser destinada nos termos do *caput* será equivalente à proporção de candidaturas apresentadas pelo partido à Câmara dos Deputados de pessoas negras na eleição anterior.”

JUSTIFICAÇÃO

Os esforços destinados a promover o aumento da participação política das mulheres e de pessoas negras dependem de um efetivo engajamento dos partidos políticos, o qual deve se manifestar,



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fabiano Contarato

necessariamente, pela inclusão desta temática na propaganda partidária gratuita que o presente projeto pretende reinstituir.

A Lei nº 9.096, em seu art. 44, V, já prevê a destinação de recursos do Fundo Partidário para a criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres. O Supremo Tribunal Federal, no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5617, previu a destinação proporcional de recursos de financiamento eleitoral para candidatas nas eleições.

O Tribunal Superior Eleitoral, no âmbito da Consulta nº 0600306-47.2019.6.00.0000, determinou a distribuição proporcional de recursos e tempo gratuito no rádio e televisão com relação ao número de candidatos e candidatas negras. Razoável que a participação de pessoas negras seja também encorajada na propaganda partidária gratuita.

Por essas razões, peço apoio aos nobres pares para aprovação da presente emenda.

Plenário,

Senador FABIANO CONTARATO



PL 4572/2019
00010

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

EMENDA Nº - PLEN
(ao PL nº 4572, de 2019)

Dê-se a seguinte redação ao § 2º do art. 45-A do Projeto de Lei nº 4572 de 2019:

“Art. 45-A

.....

§ 2º A Justiça Eleitoral da circunscrição respectiva, julgando procedente representação de partido, cassará imediatamente o direito de transmissão a que faria jus o partido que contrariar o disposto neste artigo.

.....(NR)”

JUSTIFICAÇÃO

Apesar de meritória a matéria, sugerimos a imediata cassação do direito de transmissão do Partido que contraria a legislação, por entendermos que cassar para o semestre seguinte é uma punição muito branda, por permitir ao Partido continuar descumprindo o estabelecido na Lei.

Contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação desta Emenda.

Sala das Sessões,

Senador IZALCI LUCAS

(PSDB/DF)

EMENDA Nº - PLEN

(ao PL nº 4572, de 2019)

Altere-se o inciso III ao § 1º do art. 45-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, modificada pelo art. 1º do PL 4572/2019:

“Art. 45-A.

.....

§ 1º

III - a utilização de dados, gráficos, informações, textos, imagens ou cenas incorretas, incompletas ou falsas, efeitos ou quaisquer outros recursos que distorçam ou falseiem os fatos ou a sua comunicação.

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

É necessário evitarmos qualquer possibilidade de difusão de informações que enganem ou confundam o cidadão, motivo pelo qual apresentamos esta emenda.

Sala das Sessões,

Senador Jean Paul Prates

Líder do Bloco da Minoria

EMENDA Nº - PLEN

(ao PL nº 4572, de 2019)

Altere-se a redação do § 5º do art. 46-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, na forma dada pelo Projeto de Lei nº 4.572, de 2019:

“Art. 46-A.

.....
§ 5º – As mídias eletrônicas contendo as gravações das inserções serão enviadas às emissoras, por meio físico ou digital, com a antecedência mínima de doze horas da transmissão.

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

É necessário atualizar o texto, tendo em vista a não utilização mais de fitas magnéticas. A mídia eletrônica refere-se ao conjunto de meios de comunicação que necessita de recursos eletrônicos ou eletromecânicos para que o usuário final tenha acesso aos conteúdos - de vídeo ou áudio, gravados ou transmitidos em tempo real.

Assim, cabe a utilização de qualquer meio de comunicação que sirva para os fins almejados pelo projeto de lei. Motivo pelo qual é necessário modificar a redação do dispositivo.

Sala das Sessões,

Senador Jean Paul Prates

Líder do Bloco da Minoria

EMENDA Nº - PLEN

(ao PL nº 4572, de 2019)

Acrescente-se ao art. 45-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, na forma dada pelo Projeto de Lei nº 4.572, de 2019, o seguinte inciso IV:

“Art. 45-A.

.....

IV – promover e difundir a participação política de mulheres, como também de candidatos negros e jovens, reservando para esta finalidade ao menos 30% (trinta por cento), 10% (dez por cento) e 5% (cinco por cento), respectivamente, do total dos recursos disponíveis.

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Primeiramente, é necessário que restauremos a redação anterior da Lei, entre as finalidades da propaganda partidária gratuita, para a difusão da participação política feminina, retirada no texto do projeto sob exame.

É fundamental que promovamos a participação de mais mulheres no ambiente político para que possam corresponder a representação na sociedade.

Contudo, é preciso também lembrar o racismo estrutural, que é uma das chagas que prejudicam o desenvolvimento do Brasil. A cada momento, é preciso reiterar o princípio da igualdade racial proclamado como objetivo fundamental da República no art. 3º da Constituição, e assegurado como direito e garantia fundamental no seu art. 5º.

Assim, é imprescindível atribuir como dever o estímulo ao acesso de candidatos negros ao direito da propaganda partidária gratuita.

De igual maneira, precisamos estimular os jovens à participação nas decisões políticas, motivo pelo qual também os incluímos nessa emenda.

Sala das Sessões,

Senador Jean Paul Prates

Líder do Bloco da Minoria